



Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

(Em milhares de Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

continuação

a. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação	24.932	24.932	21.569	21.569
Provisões para contingências	1.845	1.845	1.927	1.927
Demais provisões temporárias	236	236	228	228
Total das diferenças temporárias	27.013	27.013	23.724	23.724
Total do crédito tributário	6.753	5.403	5.931	4.745

b. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da Instituição e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização				
	2017	2016	2015	2020	2021
%	18,26%	19,59%	20,03%	20,06%	22,06%
IRPJ	1.233	1.323	1.353	1.354	1.490
CSLL	967	1.058	1.092	1.094	1.192
Valor em 31/12/2016	2.220	2.381	2.435	2.438	2.682

Em 31 de dezembro de 2016 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 8.311, considerando-se à taxa Selic de 13,75% ao ano.

c. Movimentação dos créditos tributários:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.706	1.513		11.219
Provisões para contingências	867	294	(331)	830
Demais provisões temporárias	103	202	(198)	107
Total dos créditos tributários	10.676	2.009	(529)	12.156

15. RECEITA DE SERVIÇOS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2015	2016	2015
Tarifa de cadastro - Desconto	171	307	270	270
Tarifa de cadastro - Veículos	4.466	9.465	8.497	8.497
Rembolsos tarifa cartão	43	110	102	102
Outros receitas de serviços	147	197	108	108
Total	4.827	10.079	9.027	9.027

16. DESPESA DE PESSOAL

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração	(368)	(746)	(568)	(568)
Encargos	(116)	(221)	(192)	(192)
Benefícios	(164)	(303)	(285)	(285)
Treinamento	(21)	(58)	(15)	(15)
Outras provisões	(63)	(89)	(102)	(102)
Total	(722)	(1.427)	(1.162)	(1.162)

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com serviços de terceiros (a)	(3.031)	(5.996)	(4.889)	(4.889)
Comissões de serviços (b)	(3.033)	(6.238)	(5.509)	(5.509)
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.391)	(2.781)	(2.490)	(2.490)
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(449)	(904)	(876)	(876)
Despesas de processamentos de dados	(383)	(712)	(635)	(635)
Despesas de aluguel	(66)	(132)	(266)	(266)
Despesas de comunicação	(124)	(267)	(259)	(259)
Despesas de propaganda e publicidade	(41)	(75)	(34)	(34)
Despesas com depreciação e amortização	(102)	(195)	(195)	(195)
Despesas de transporte	(53)	(100)	(112)	(112)
Acordos e ações judiciais	(49)	(435)	(202)	(202)
Custas Judiciais	(31)	(101)	(220)	(220)
Outras	(264)	(496)	(493)	(493)
Total	(9.037)	(18.432)	(16.180)	(16.180)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Administradores e Acionistas da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela

(a) Referem-se principalmente a despesas com serviços de despachantes, processamento vinculados a origem de operações de crédito e serviços de cobrança. Incluem os valores de despesas com partes relacionadas de R\$ 4.358 em 2016 (R\$ 4.875 em 2015), respectivamente. Vide (nota 19) - Transações com partes relacionadas.
(b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a Correspondentes no país.
(c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames.
(d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

18. DESPESA TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre	Exercícios
	2016	2015
Despesa com PIS	(868)	(1.722)
Despesa com COFINS	(241)	(504)
Despesa com ISS	(11)	(17)
Total	(1.261)	(2.294)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2016, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

	2016			
	Shopper Promotora de Vendas Ltda.	Santana Fomento Comercial Ltda.	Santana Factoring C.J.J Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
Passivo				
Recursos de aceites cambiais	764	764	764	764
Obrigações por títulos cambiais	764	764	764	764
Outras obrigações				
Diversos	(4.178)	(164)	(164)	(27)
Despesas com captação	—	(164)	—	(180)
Despesas de aceites cambiais	—	(164)	—	(180)
Despesas administrativas	(4.178)	—	(164)	(27)
Despesa de aluguel	—	—	—	(27)
Despesas com prestação de serviços	(4.178)	—	—	(180)

	2015			
	Shopper Promotora de Vendas Ltda.	Santana Fomento Comercial Ltda.	Santana Factoring C.J.J Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
Passivo				
Recursos de aceites cambiais	285	1.243	1.243	1.243
Obrigações por títulos cambiais	285	1.243	1.243	1.243
Outras obrigações				
Diversos	285	285	285	285
Despesas				
Despesas com captação	—	(93)	—	(98)
Despesas de aceites cambiais	—	(93)	—	(98)
Despesas administrativas	(4.875)	—	(93)	(98)
Despesa de aluguel	—	—	—	(98)
Despesas com prestação de serviços	—	—	—	(98)

b. Saldos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais totalizam R\$ 24.803 (R\$ 23.430 em 2015), e são remunerados a uma taxa que varia entre 118% a 125% do CDI e taxa pré-fixada, de acordo com o prazo da aplicação.
c. Remuneração dos empregados e administradores: Em atendimento a Resolução CMN 3.750/09 e o Pronunciamento Técnico - CPC 05 - Divulgação da Partes Relacionadas, A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante total pago aos Diretores foi de R\$ 263 (R\$ 161 em 2015). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios da rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

20. INDICADORES DE RISCO (BASÍLIA) E LIMITES OPERACIONAIS

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requerido pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II) cuja apuração do patrimônio líquido de referência e do patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas

A DIRETORIA

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria

Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar que a Instituição está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

	Exercícios	
	2016	2015
Basileia III - Indicadores de Risco	37.825	37.122
Patrimônio de Referência	37.825	37.122
Patrimônio de Referência - Nível I	37.825	37.122
Capital Principal - CP	37.825	37.122

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA - (Nível I) - (a)	37.825	37.122	37.825	37.122
RWAapad - Risco de crédito	123.630	117.657	123.630	117.657
RWAapad - Risco de mercado	43.456	54.018	43.456	54.018
RWAapad - Risco Operacional	60.997	50.351	60.997	50.351
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	228.083	222.236	228.083	222.236
FR Mínimo requerido para o RWA (b)	22.523	24.446	22.523	24.446
Margem Sobre o Patrimônio de Referência (a-b)	15.302	12.676	15.302	12.676
Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - (c)	1.426	—	1.426	—
Margem por Verificação de Adicional de Capital Principal - (d)	15.302	12.676	15.302	12.676
Margem Sobre o Adicional de Capital Principal (d-c)	15,98%	15,70%	15,98%	15,70%

A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

g. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir: **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados; **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados; **Risco de Liquidez:** relacionado ao desassentamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Gerenciamento do Risco operacional: Risco Operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do Risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), auto-avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital: De acordo com a Resolução nº 3.988/2011 do Conselho Monetário Nacional, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de Gerenciamento de Capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do Capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios, manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente. A responsabilidade da Administração abrange ainda a necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitam o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela Instituição, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de seus passivos ativos e passivos. As informações estão disponíveis no site: www.santanafinanceira.com.br. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

h. Valores em garantia: As garantias prestadas por clientes somam R\$ 270.057 (R\$ 277.364 em 2015).

i. Remuneração de Correspondentes no país: A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento a partir de 02/01/2015 passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20/11/2013 e Circular nº 3.738, de 11/12/2014, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

j. Perdas no Recebimento de Créditos: A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20/01/2015, resultante da conversão, MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Artigo 9º da Lei nº 4.309/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 09/10/2014. Remanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a esta data.

k. Outros serviços prestados pelos auditores independentes: Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e não exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

Gilberto Veiga de Novais - Contador CRC 1SP206570-0/7

apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, do base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



RSM Fontes Auditores Independentes
Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002-0/7

São Paulo, 08 de fevereiro de 2017

Luiz Cláudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470-0/9-Tº PR "S" SP